

Apresentação da quadrilha Mistura Gostosa em festa junina em Campina Grande (PB). Foto de 2015.

ESTUDAREMOS NESTE CAPÍTULO:

a cultura, um aprendizado social que compreende a produção de bens materiais e simbólicos. Trataremos sobre a diversidade cultural na sociedade brasileira e veremos que a identidade cultural envolve a experiência e a consciência de pertencer a um coletivo. Desde que se firmou a sociedade de massas, os hábitos culturais também passaram a ser influenciados pelos meios de comunicação de massa. Por outro lado, os grupos sociais minoritários produzem culturas alternativas ou contra-hegemônicas. Analisando os sistemas tecnológicos de comunicação da sociedade global, aprenderemos como eles podem aproximar grupos geograficamente distantes e, ao mesmo tempo, aprofundar as diferenças sociais, sinal de que a cultura é um fenômeno heterogêneo.

Comunicação e cultura



avatar: palavra derivada de *avatara*, que significa 'descida do céu à Terra' em sânscrito, antiga língua indiana. Atualmente, a palavra tem sido utilizada nos meios de comunicação e na informática para designar personagens que são criadas virtualmente à semelhança de seu usuário, possibilitando sua "entrada" no mundo virtual.

Na foto, cena do filme *Avatar*, dirigido por James Cameron (Estados Unidos, 2009).

Se você faz uso da internet ou de jogos eletrônicos, saiba que você integra uma nova tendência cultural – a “cultura virtual do real”, assim denominada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells (1942-). A realidade virtual é a simulação de um mundo artificial com base na relação ser humano-máquina, cuja meta é envolver todos os sentidos do usuário. Acompanhem a narrativa sobre uma mulher, no Japão, que destina algum tempo do seu dia para vivenciar outra identidade em um cenário de um mundo paralelo.

O mundo de Mariko Ito, de 32 anos, moradora de Tóquio, usuária de Habitat, essa cidade japonesa de dez mil habitantes, que não se encontra no mapa, porque é uma cidade virtual [...] e lançada [...] em 1990. Mariko Ito vai à Habitat ciberespacial, por uma ou duas horas todos os dias, porque, diz ela, “é fantástico, lá posso ser outra pessoa”. Lá, Mariko pode escolher sua roupa, sua aparência e seu sexo, optando entre os 1100 rostos possíveis, depois de ter se registrado como avatar ou residente. Atravessando o espelho da tela e entrando, do outro lado, num mundo ciberespacial, Mariko torna-se um avatar, isto é, uma reencarnação, ou uma metamorfose. Parece ficção, mas é realidade virtual.

SANTOS, Laymert. Considerações sobre a realidade virtual. In: FERREIRA, Leila (Org.). *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 113-114.



20th Century Fox Divulgação

Que culturas emergirão dessas realidades vividas virtualmente? Os novos sistemas de comunicação da era da informática transformam o espaço e o tempo, reintegrando-os em redes funcionais na cultura moderna.

As alterações em ritmo acelerado nos meios de comunicação contribuíram para transformar o nosso estilo de vida, o modo de nos relacionarmos, produzirmos, consumirmos, enfim, de vivermos. Essas grandes mudanças resultaram de uma Revolução Tecnológica que ocorreu na metade do século XX, segundo alguns historiadores e sociólogos. Originada nos Estados Unidos e centrada na informação, essa revolução decorreu de inovações na microeletrônica, como o circuito integrado, o microprocessador e o microcomputador. Essas **tecnologias da informação e da comunicação (TICs)** permitem conciliar as atividades de trabalho e de lazer.

Os sistemas de comunicação modificaram alguns de nossos hábitos cotidianos. Atualmente é possível usar a telefonia móvel, a partir de lugares remotos, para estabelecer contato com amigos, parentes, e até comprar ou vender produtos. As transações comerciais que antes exigiam, necessariamente, a presença de duas ou mais pessoas agora podem ser mediadas por máquinas.

A comunicação em tempo real entre os mercados do mundo também só foi possível com as tecnologias de informação. O sistema financeiro internacional habita o ciberespaço, que é a via responsável por retransmitir, de forma simultânea aos acontecimentos, informações sobre crises e mudanças no mundo todo, com desdobramentos globais imediatos. Mesmo que uma pessoa não utilize os meios de comunicação virtuais, o seu cotidiano está ligado de alguma forma a eles.

Você já entrou em uma agência bancária e observou seu movimento? Para ter seu acesso liberado pela porta giratória, a pessoa se despoja de seus pertences metálicos; a seguir, retira uma senha que lhe dá acesso a um atendente se pretender abrir uma conta-corrente ou resolver um problema específico, porque quase todos os demais serviços podem ser realizados por meio de máquinas eletrônicas de autoatendimento. Retirar e depositar dinheiro, pagar contas, verificar saldos: todas essas atividades, a partir dos anos 1990, passaram a ser realizadas diretamente entre o cliente e a máquina.

As sociedades humanas se produzem e reproduzem em ambientes simbólicos por meio dos processos de socialização, como estudamos no Capítulo 3. Isso significa que internalizamos sistemas de signos produzidos culturalmente, como é o caso da linguagem, da escrita, dos números, entre outros signos, ajustando-nos aos padrões de comportamento vigentes. Em toda relação que os seres humanos estabelecem com o seu entorno, eles o modificam: das árvores fazem móveis, com os metais elaboram utensílios domésticos, em uma roda de batuque compõem músicas, etc. Nessas situações – e também naquelas virtuais – eles criam uma cultura plena de significados que dá sentido à sua existência, como afirma o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942).

As conversas cotidianas, os assuntos sobre os quais falamos, o modo de nos relacionarmos com fatos como nascimento, crescimento e morte são culturais. A maneira de prepararmos as refeições e lidarmos com os alimentos, o modo como trabalhamos, nos vestimos, nos divertimos, as músicas que ouvimos, os filmes a que assistimos, enfim, o relacionamento com aquilo que nos rodeia: tudo o que pode ser aprendido e ensinado faz parte da cultura.

Comunicar-se com familiares e amigos à distância, registrar momentos de lazer ou resolver pendências como pagamentos em tempo real foram facilitados graças às novas tecnologias da informação e da comunicação, entre outras facilidades. Na foto, de 2014, jovens em Cumuruxatiba (BA).



Marcos André/Opção Brasil Imagens

O que é cultura?

Geralmente, quando pensamos em cultura, a primeira ideia que nos vem à mente é algo relacionado ao teatro, à música, à literatura, à pintura, à escultura e a outras áreas das artes. Também são considerados como elementos culturais de grande relevância as festas tradicionais, as lendas, o folclore e os costumes de um povo. Seu significado abrange ainda os meios de comunicação de massa, como a televisão, o rádio, a mídia impressa, a internet, o cinema, entre outras coisas. **Cultura**, portanto, não se resume às manifestações artísticas, às tradições e aos hábitos de uma dada coletividade. Para as Ciências Sociais, o conceito de cultura também está relacionado aos conhecimentos, às ideias e às crenças de cada sociedade. A cultura sustenta a sociedade como as raízes sustentam uma planta.

Vinda do verbo latino colere, Cultura era o cultivo e o cuidado com as plantas, os animais e tudo que se relacionava com a terra; donde, agricultura. Por extensão, era usada para referir-se ao cuidado com as crianças e sua educação, para o desenvolvimento de suas qualidades e faculdades naturais; donde, puericultura. O vocábulo estendia-se, ainda, ao cuidado com os deuses; donde, culto [na antiga Grécia]. A Cultura [...] era o cuidado com a terra para torná-la habitável e agradável aos homens, era também o cuidado com os deuses, os ancestrais e seus monumentos, ligando-se à memória e, por ser o cuidado com a educação, referia-se ao cultivo do espírito. Em latim, cultura animi era o espírito cultivado para a verdade e a beleza, inseparáveis da Natureza e do Sagrado.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 11.

O termo “cultura” é muito usado pelo senso comum como sinônimo de erudição, mas não existe diferença em termos de importância entre a chamada “alta cultura” e as expressões culturais populares, pois ambas são criadas e cultivadas pela participação efetiva do ser humano na sociedade. Foi pensando dessa forma que o antropólogo britânico Edward Tylor (1832-1917) concebeu **cultura** como a totalidade de conhecimento, crença e expressão emocional, à qual se somam as regras estabelecidas, os hábitos, comportamentos e habilidades adquiridas no convívio dos membros de uma sociedade.

Nas suas relações sociais e naquelas que estabelecem com a natureza, os seres humanos criam uma cultura plena de significados.



César Diniz/Pulsar Imagens

Os hábitos alimentares também são manifestações culturais. Nesta foto, preparo do afogado (cozido à base de carne bovina) durante a Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga (SP), em 2015.

Os nossos gostos, por exemplo, não são determinados antes do nascimento; ao contrário, resultam das relações que estabelecemos uns com os outros e com o meio em que vivemos. Eles são construídos no contínuo processo de interação social, o qual se dá pela comunicação e pela ação recíproca entre os indivíduos e os grupos sociais. Assim, podemos aprender a gostar de *rock*, de filmes de ação, de sair com os amigos ou de consumir certos tipos de alimentos e bebidas, entre tantas possibilidades. Tudo isso é cultura. Sobre esta esfera da vida em sociedade, três princípios são fundamentais nas Ciências Sociais:

- a cultura é uma característica do ser humano como um ser social;
- a cultura é adquirida, um comportamento aprendido, que produz um patrimônio social;
- por meio da cultura se estabelece uma parte da relação ser humano-sociedade-mundo.

Assim como outras dimensões da vida social, a cultura também é estudada com base em diferentes visões e metodologias. Acompanhem as interpretações que alguns cientistas sociais fizeram do fenômeno cultural. São muitas as tentativas de definições pelo fato de a cultura ser um fenômeno heterogêneo e durável, mas em contínua transformação.

Cultura: algumas leituras teóricas

Metodologia	Representantes
Funcionalismo (as instituições sociais são vistas pela função que desempenham para estabilizar a sociedade)	Para o antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) e para o antropólogo inglês Radcliffe-Brown (1881-1955): <ul style="list-style-type: none"> • a cultura designa o modo de vida das diversas comunidades; as necessidades humanas são universais e toda cultura cria instituições para atendê-las, desde as necessidades primárias às emocionais e aquelas das atividades econômicas e políticas. Para o antropólogo estadunidense Ralph Linton (1893-1953): <ul style="list-style-type: none"> • a cultura é um fenômeno universal, ao mesmo tempo que diferencia os grupos sociais.
Estruturalismo (as culturas se estruturam por padrões implícitos)	Para o antropólogo franco-belga Claude Lévi-Strauss (1908-2009): <ul style="list-style-type: none"> • a cultura é uma forma universal da linguagem pela qual os seres humanos buscam diferenciar-se da natureza e apresenta variações baseadas em pares de oposições (discrição e excesso, cru e cozido, etc.).
Estrutural-funcionalismo (as estruturas sociais delimitam a cultura)	Para os sociólogos estadunidenses Talcott Parsons (1902-1979) e Robert Merton (1910-2003): <ul style="list-style-type: none"> • a cultura de um povo ganha sentido na rede de relações sociais, ou seja, ela tem um significado que é reconhecido pelo grupo e compartilhado; • sociedade e cultura são partes interdependentes do sistema social.
Algumas outras perspectivas	<ul style="list-style-type: none"> • Para o antropólogo estadunidense Alfred Kroeber (1876-1960), numa linha de pensamento relativista da Antropologia Cultural, misturam-se na cultura os elementos materiais e os ideológicos com o declínio das crenças “mágicas”; ele argumenta que a cultura progride, evolui. • O historiador britânico Edward Thompson (1924-1993), ao fazer a crítica ao materialismo histórico radical, entende a cultura como resultado das experiências comuns das pessoas (herdadas ou partilhadas) presentes em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. • O sociólogo britânico Anthony Giddens (1938-) vê, na cultura, a interdependência de aspectos intangíveis (subjativos), como ideias, crenças e valores, e aspectos tangíveis (objetivos), como os objetos produzidos pelo ser humano, suas técnicas e tecnologias, trabalho, moradia, etc.

Cultura e civilização

A cultura é um nível particular e muito importante da realidade social, pois as suas dimensões objetiva e subjetiva não se contrapõem; ao contrário, elas se complementam e se relacionam. O fazer, o saber, o conviver dos seres humanos produzem maneiras particulares de estar na sociedade; isso é cultura.

Em seu livro *O processo civilizador*, o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) defende que o ser humano se define por meio da relação com o outro – ou seja, ele se faz humano e se torna membro da humanidade mediante as relações sociais. Incompleto e dependente ao nascer, até no aspecto biológico, o ser humano se humaniza porque necessita da família e das relações sociais com seu grupo para se constituir. Ele depende de seu contexto cultural e social para se desenvolver.

Nesse sentido, é a cultura que define os parâmetros do bem e do mal, do justo e do injusto, do lícito e do ilícito em cada sociedade. Envoltos nessa relação com sua cultura, o indivíduo pode se adaptar, se sujeitar ou se rebelar. Os ocidentais, por exemplo, nem sempre se comportaram da maneira como o fazem hoje: alguns atributos que consideramos típicos do indivíduo “civilizado” resultaram de transformações lentas e graduais. Segundo Elias, condutas, comportamentos e costumes vão sendo condicionados socialmente. Então, civilização e cultura coincidem? O que significa exatamente **civilização**?

A partir do século XVIII, [...] o termo Cultura articula-se, ora positiva ora negativamente, com o termo Civilização. Este, derivando-se do latim cives e civitas, referia-se ao civil como homem educado, polido e à ordem social (donde o surgimento da expressão Sociedade Civil). Entretanto, Civilização possuía um sentido mais amplo que civil. Significava, por um lado, o ponto final de uma situação histórica, seu acabamento ou perfeição, e, por outro lado, um estágio ou uma etapa do desenvolvimento histórico-social, pressupondo, assim, a noção de progresso.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 11-12.

Alguns cientistas sociais definem os termos *civilização* e *cultura* como sinônimos, outros os distinguem. É o caso de Norbert Elias, para quem civilização é a consciência que as sociedades ocidentais têm em relação a si próprias, ou seja, um termo que designa as alterações especificamente ocidentais em dimensões de relacionamento e criatividade, como os costumes, a tecnologia e o conhecimento científico.

O historiador inglês Eric Hobsbawm (1917-2012) concebe como sociedade “civilizada” aquela que determina regras e comportamentos de controle para seus membros e também para os de outras sociedades. Desse tipo de prática pode-se citar o **imperialismo** do século XIX e início do XX, que nada mais era do que a supremacia de caráter territorial, cultural e financeiro exercida por uma nação sobre outra. Nessa época, a maioria dos europeus definia a si mesmos como “civilizados”, em oposição aos povos considerados por eles “selvagens” – os africanos, os asiáticos e os latino-americanos, ou seja, todos aqueles considerados diferentes deles.



Esse discurso da superioridade europeia caracterizava o outro (o diferente) como algo fora do padrão, tornando-o um inimigo a ser vencido ou um território a ser controlado. O argumento utilizado era o de que os outros povos precisavam também se tornar parte da “civilização”, analisa o antropólogo brasileiro Carlos Brandão (1940-). O texto a seguir, do escritor britânico Joseph Kipling (1865-1936), ilustra como era vista essa “missão” europeia de “civilizar” os povos considerados não civilizados:

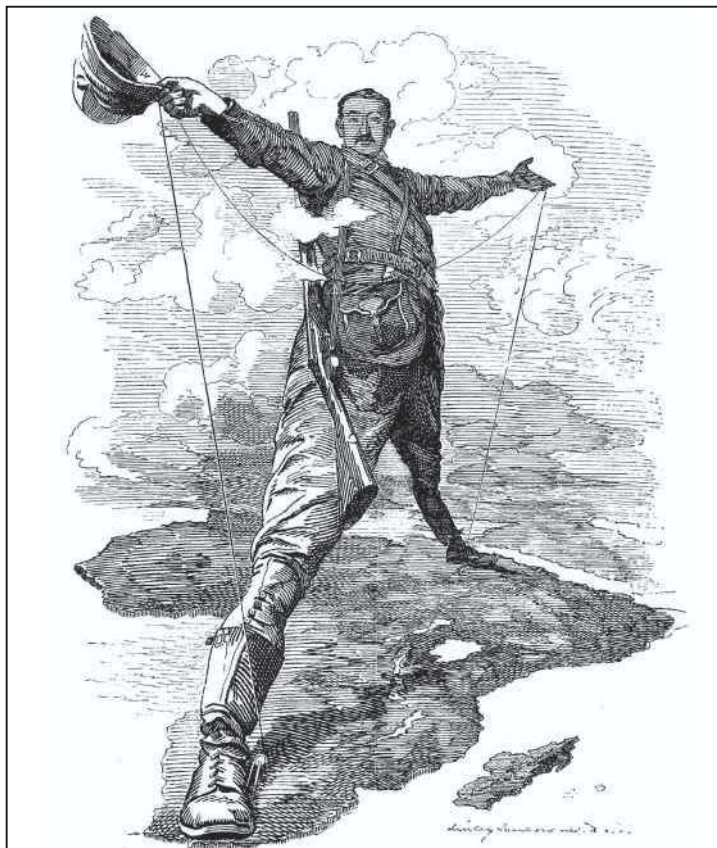
A nós – não aos outros – incumbe um dever precioso: levar a luz e a civilização aos lugares mais distantes do mundo. Despertar a alma da Ásia e África para as ideias morais da Europa; dar a milhões de homens, que sem isso não conheceriam a paz, nem a segurança, essas condições prévias do progresso humano.

KIPLING, Joseph apud COMBLAIN, José. *Nação e nacionalismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1965. p. 240.

Tendo em vista que o ser humano se coloca no mundo, o vê e o interpreta pela perspectiva da cultura em que se insere, uma tendência comum em nossa sociedade é a de naturalizar nosso modo de vida como se fosse o único correto, tomando-o como padrão de análise na comparação com outras culturas. Tal atitude é denominada **etnocentrismo**. Esse comportamento explica a sensação de estranhamento causada por hábitos e valores diferentes daqueles com os quais estamos acostumados e que são preconizados por nossa cultura. Conforme diz o antropólogo brasileiro Roque Laraia (1932-):

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais.

LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 75.



Revista Punch, 1892/Arquivo da editora

A charge ao lado, publicada em 1892, traz a representação do colonizador inglês Cecil Rhodes em uma posição de dominação e superioridade sobre o continente africano. Cecil tinha o plano, nunca concretizado, de construir uma ferrovia ligando o Egito à África do Sul.



Na foto, da década de 1910, habitantes da atual República dos Camarões trabalham em plantação de café. Alguns povos do continente africano foram explorados pelos europeus visando atender aos interesses destes.

O relativismo cultural

Para evitar visões etnocêntricas sobre o “outro” – como a de Joseph Kipling –, a Antropologia propõe uma análise sobre aquele que é diferente de nós fundada no chamado **relativismo cultural**. Relativizar culturalmente significa que, ao falarmos sobre outros povos e grupos, precisamos antes nos indagar:

- Como concebemos a sociedade da qual fazemos parte?
- Por que outros povos e culturas seriam definidos como primitivos ou arcaicos, civilizados ou não? Quais parâmetros seriam utilizados para tal definição?
- Uma classificação desse tipo seria adequada ou tendenciosa? Ela serve a outros interesses?

Cabe refletir e entender que outras sociedades ou grupos sociais têm concepções e valores diferentes dos nossos – nem melhores, nem piores – acerca da vida e do mundo. Isto pode ser explicado por inúmeros fatores inter-relacionados, fruto das distintas experiências e de uma complexa teia de relações sociais, constituídas historicamente no âmbito de cada cultura.

Nossa perspectiva cultural (a educação do nosso olhar) normalmente está relacionada com o lugar ocupado por nós na sociedade e as relações estabelecidas com os demais. O modo como vemos o mundo, apreciamos as coisas de forma valorativa e moral, nossos comportamentos sociais e até posturas corporais são produtos de uma herança cultural, analisa Roque Laraiá.

Tirinha do personagem Calvin, de 1995.



As Ciências Sociais, em especial a Antropologia, ao dar-nos a conhecer outras culturas e suas expressões, ajudam a relativizar e ampliar a nossa visão de mundo. Em outras palavras, nos fornecem meios para refletir sobre as diferenças entre as diversas culturas, aprimorando nossa percepção e interpretação acerca da própria cultura e a do outro. Esse processo também nos ensina que muitos comportamentos e visões de mundo que nos parecem “naturais” ou “biológicos” são produtos da cultura, pois variam em diferentes grupos e sociedades.

O antropólogo franco-belga Lévi-Strauss (1908-2009) contribuiu com a compreensão da diversidade cultural e dos problemas decorrentes de uma visão parcial e etnocêntrica das culturas. A originalidade das culturas está na sua maneira própria de desenvolver a linguagem, as técnicas e a arte, os valores e costumes, os conhecimentos empíricos e teóricos e as crenças religiosas, as instituições e as relações sociais, as soluções para problemas. Ao mesmo tempo, o fato de que todas as culturas lidam com essas questões as aproxima.

No entanto, quando confrontados com essas diferenças, indivíduos das diferentes culturas tendem a estabelecer distinções de valor, julgando o outro inferior ou mesmo não humano. No texto *Raça e História* (1952), Lévi-Strauss descreve como isso ocorreu nos primeiros contatos entre indígenas e espanhóis. Percebe-se, nas sociedades ocidentais, a postura de buscar identificar as demais culturas com momentos anteriores de sua própria história. Isso originou formas de discriminação com consequências desastrosas.

O reconhecimento da **alteridade** por meio do contato com outras culturas leva à compreensão das diferenças e à tolerância. Além disso, é o primeiro passo para desnaturalizar e ver com outros olhos aspectos da nossa cultura.

Cada cultura tem sua maneira própria de desenvolver as técnicas e a arte, os valores e costumes, entre outros aspectos. Na imagem, jovens do povo Surma após aplicar pintura facial. Etiópia, foto de 2011.

alteridade: do latim *alteritas* ('outro'), indica a condição daquilo que é diferente, distinto.



Carol Beckwith & Angela Fisher/Acervo das fotografias

Pesquisa



Compreendendo outras culturas, podemos passar a compreender melhor as nossas próprias. [...] Cada sociedade humana é única, mas as instituições que ela compreende são variações de temas que são compartilhados por todas. Aprendendo alguma coisa sobre estas variedades podemos aprender a nos ver no contexto etnográfico; podemos passar a ver que nossas soluções para os problemas comuns da vida em comunidade não são as únicas possíveis. Assim, aprendendo a importância prática das crenças de feitiçaria para os Azande [grupo étnico do Norte da África Central, República Democrática do Congo], o ocidental pode vir a compreender algo de seu próprio passado; não faz muito tempo que os europeus ocidentais também acreditavam em feitiçarias e as destruíam quando eram descobertas.

BEATTIE, John. *Introdução à Antropologia Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp. 1971. p. 322.

- A leitura do fragmento da obra de John Beattie (1915-1990), antropólogo social irlandês, faz pensar sobre o aprendizado da convivência e do respeito intercultural. Pesquise e apresente para a turma traços de outras culturas que se aproximam da cultura brasileira. Discutam sobre os contrastes e semelhanças no modo de viver desses povos.

Nós e os outros

A **diversidade cultural** diz respeito às distintas maneiras segundo as quais sociedades e grupos sociais se organizam e se relacionam entre si e com a natureza. Vivências em outras sociedades, leituras variadas, viagens, filmes retratando diferentes costumes também nos permitem refletir sobre o quanto somos diferentes ou semelhantes em relação a outros povos e culturas. Dadas a coexistência e a convivência de diferentes culturas, cabe às Ciências Sociais não apenas estudá-las e compará-las de maneira a evidenciar as diferenças nos modos de vida, mas favorecer a reflexão sobre a própria sociedade, seus valores e costumes.

Tantas são as culturas quantos são os povos, os grupos sociais e as etnias existentes. Para além da diversidade cultural, as relações entre as culturas são, geralmente, marcadas pela desigualdade. Os distintos interesses e visões de mundo geram, na maioria das vezes, tensões no âmbito das sociedades, e disputas de fundo econômico e político podem provocar hierarquizações entre povos e nações. Essa diferenciação social está explicitada, muitas vezes, na busca por emprego, nos diferentes locais de moradia, na necessidade de comunidades inteiras se deslocarem e/ou se abrigarem em acampamentos. Esses são apenas exemplos de conflitos de interesses que podem implicar a luta por um espaço com os quais os grupos sociais se identificam culturalmente.

Processos históricos de dominação e migração, entre outros, levam à **interação cultural**, que implica difusão e reconfiguração da cultura, traços ou manifestações culturais específicos. É como se sociedades distintas convivessem no interior de um mesmo grande grupo social. O resultado da influência cumulativa e da sobreposição entre diferentes culturas pode ser identificado no trecho a seguir.

masoquismo: refere-se à busca de sofrimento ou à satisfação pessoal em sentir dor.

O cidadão norte-americano desperta num leito construído segundo padrão originário do Oriente Próximo, mas modificado na Europa Setentrional, antes de ser transmitido à América. Sai debaixo de cobertas feitas de algodão cuja planta se tornou doméstica na Índia; ou de linho ou de lã de carneiro, um e outro domesticados no Oriente Próximo; ou de seda, cujo emprego foi descoberto na China. Todos estes materiais foram fiados e tecidos por processos inventados no Oriente Próximo. Ao levantar da cama faz uso dos “mocassins” que foram inventados pelos índios das florestas do Leste dos Estados Unidos e entra no quarto de banho cujos aparelhos são uma mistura de invenções europeias e norte-americanas, umas e outras recentes. Tira o pijama, que é vestuário inventado na Índia, e lava-se com sabão, que foi inventado pelos antigos gauleses, faz a barba, que é um rito masoquístico que parece provir dos sumerianos ou do antigo Egito.

LINTON, Ralph. Apud LARAIA, Roque. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 110.

A troca de conhecimentos gera novas formas de **identidade cultural**. A consciência de pertencer a determinado grupo social – seja por caracteres comuns de gênero ou de origem étnica, seja por interesses específicos, profissão, atividades realizadas, crenças e costumes semelhantes – aproxima os indivíduos em determinada sociedade. Nesse sentido, a identidade cultural é aquela marca característica de um grupo social que partilha um ideal, valores, costumes e comportamentos formados ao longo da sua história.

A identidade cultural de um grupo (independentemente de seu tamanho) é de extrema importância para seu reconhecimento social e político e assenta-se em ideias e representações sociais.



Filipe Rocha/Arquivo da editora

Do encontro de diferentes grupos podem surgir afinidades, mas também disputas. Um exemplo é o filme brasileiro *Cidade de Deus* (2002), inspirado no romance de mesmo nome escrito pelo jornalista Paulo Lins e que se baseia em notícias de jornais sobre a comunidade carioca que dá nome às obras. O jovem protagonista, Buscapé, enfrenta diferentes crises, entre elas a de identidade cultural. Ele é morador da Cidade de Deus, pobre e negro. Ao começar a trabalhar para um jornal, passa a conviver com um grande número de pessoas brancas da classe média do Rio de Janeiro. O filme mostra diversos momentos de sua vida, mas há um em que ele se questiona se deveria “ficar de um lado ou de outro”, isto é, se estaria se identificando mais com um ou outro grupo.

02 Filmes/VideoFilmes/Hank Levine Film



Protagonista do filme *Cidade de Deus*, Buscapé (interpretado por Alexandre Rodrigues) se vê em crise de identidade, depois que começa a conviver com uma realidade muito diferente daquela em que cresceu.

É a partir da nossa identidade cultural que construímos a ideia de “eu”, “nós” e “outros”. A forma como o fazemos muitas vezes põe em evidência fronteiras sociais ligadas à classe socioeconômica, à etnia, ao gênero, ou a outros fatores, como o bairro onde moramos, os programas de TV que gostamos, o tipo de roupa que preferimos, etc. Por meio desses e de muitos elementos combinados, identificamos “semelhantes” e “outros” nas pessoas com quem compartilhamos a vida social. Essa diferenciação, porém, também pode originar tendências etnocêntricas. Uma manifestação extrema dessa incompreensão do outro são as chamadas “teorias” sociais racistas.

No contexto do colonialismo do século XIX, emergiram diversas “teorias” racistas que tomaram a forma de “teorias sociais”, pois procuravam justificativas imediatas sobre a realidade social e política. Os países europeus precisavam do aval da ciência para justificar suas ações imperialistas na África e na Ásia, bem como as ações progressas durante a colonização das Américas, quando subjugaram indígenas e negros, forçando-os ao trabalho doméstico e na lavoura. Nestes casos, as teorias sociais racistas desobrigavam os grupos dominantes europeus de tratarem como humanos os indígenas e negros escravizados, uma vez que não eram considerados “semelhantes”, e sim “inferiores”. Vejamos no quadro da próxima página algumas dessas “teorias”, que hoje são totalmente rechaçadas e recusadas pelas Ciências Sociais, pois não têm validade científica alguma.

Denominação	Justificativa
<p>Arianismo</p> <p>Classifica uma população em “limpos de sangue” e “infectos”</p>	<p>Justificava a desigualdade entre os seres humanos e advertia contra o cruzamento das raças. Um de seus teóricos foi o filósofo francês Joseph Gobineau (1816-1882), que distinguiu os semitas dos arianos, os quais seriam física, moral e culturalmente superiores. Essa teoria foi apropriada no século XX em defesa da superioridade germânica e induziu as experiências do Terceiro Reich, na Alemanha nazista.</p>
<p>Darwinismo social</p> <p>Defende a sobrevivência dos mais aptos</p>	<p>Inspirados na teoria da seleção natural das espécies, do naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882), teóricos sociais buscaram aplicar a mesma ideia à sociedade humana, afirmando que só os mais capazes sobreviveriam.</p>
<p>Evolucionismo social</p> <p>Trabalha com o conceito de evolução da humanidade, dividindo os indivíduos em categorias, como selvageria, barbárie e civilização</p>	<p>Essa teoria pensava a espécie humana como única, com desenvolvimento desigual e diferentes formas de organização, conforme o organicismo. Para seus teóricos, a sociedade europeia tinha atingido o progresso, ponto máximo da evolução – a “civilização” –, enquanto povos “menos evoluídos” eram considerados “primitivos”. Um representante deste pensamento foi o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903).</p>
<p>Eugenia</p> <p>Defende a pureza das raças</p>	<p>Inspirada na proposta do cientista inglês Francis Galton (1822-1911), defendia a seleção, pelo Estado, de jovens saudáveis e fortes, aptos para procriar seres mais capazes. Acreditando ser possível a “purificação” da raça, essa teoria chegou a propor a esterilização de doentes, criminosos, judeus e ciganos. Essas ideias também inspiraram as terríveis experiências pseudocientíficas do Terceiro Reich, na Alemanha.</p>

organicismo: corrente de pensamento que, nas Ciências Sociais do século XIX, comparava o funcionamento das partes de uma sociedade aos órgãos de um organismo vivo.

Essas correntes de pensamento desenvolvidas no século XIX tiveram repercussão social, com desdobramentos políticos entre as nações, no século XX. Em diversos momentos, a adesão dos brancos a tais ideias dificultou a aceitação da diversidade étnica e cultural, ratificando a ideia de que o outro (não branco) é ameaçador, estranho, estrangeiro, diferente.

No Brasil, o período de escravidão também era embasado nestas “teorias”. Na época, fontes supostamente científicas defendiam que os negros eram “naturalmente” mais fortes do que os brancos e, portanto, “forjados” para o trabalho braçal. As mesmas “teorias” defendiam que os negros escravizados não seriam humanos, mas uma sub-raça e, por esse motivo, não teriam direitos como os brancos. Embora a abolição da escravidão no Brasil tenha acontecido em 1888, políticas racistas continuaram a ser colocadas em prática por membros da sociedade brasileira e pelo Estado. Um exemplo de política racista foram os acordos de imigração feitos com países europeus para trazer imigrantes e “branquear” a população.

Com a vinda da força de trabalho semiescrava branca dos imigrantes, os proprietários de terra não precisavam contratar seus ex-escravos como assalariados, coisa que eles se recusavam a fazer, podendo pagar salários àqueles que eles julgavam dignos disso – seus “semelhantes” brancos. Os trabalhadores libertos ficaram à margem da sociedade, e os imigrantes brancos recém-chegados tinham mais direitos sociais que eles, podendo até comprar terras, coisa que era vetada socialmente aos negros. Ou seja, os proprietários de terras recusavam-se a vendê-las a negros, priorizando os imigrantes europeus brancos.

As “teorias” racistas desempenharam o papel de **ideologias** que têm, entre suas finalidades políticas e econômicas, a dominação, o controle e a subordinação de indivíduos e grupos sociais.

Ideologia e cultura

Muitas manifestações culturais são expressões da **ideologia**. Esse conceito expressa um fenômeno que ocorre no plano das ideias e pensamentos sobre a realidade material, com efeito sobre as ações sociais.

A palavra ideologia tem muitos sentidos e foi criada, em 1801, pelo filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836), que a empregou como ciência das ideias (fatos da consciência). Ideologia também pode designar uma doutrina, um conjunto de ideias que influencia grupos sociais, legitimando formas de ação: doutrinas econômicas, políticas, filosóficas, etc.

Em meados do século XIX, Marx e Engels deram ao termo sua concepção política. Presente no dia a dia, a ideologia justifica as posições que assumimos e nos dá sua visão das relações sociais, que é baseada na do grupo dominante. Ela se manifesta nas representações sociais, em palavras, sentimentos e condutas que se cristalizam nas crenças, nas religiões, na filosofia, no direito, na política, etc.

Ao instaurar essas crenças, a ideologia sustenta a dominação social, estudada no Capítulo 1, porque ela explica o fato de a sociedade ser de um modo e não de outro, valendo-se de justificativas convenientes aos que ocupam postos de mando. Com isso, ela facilita a aceitação dessa realidade desigual, legitima determinadas posições políticas e justifica práticas sociais que reproduzem as relações de dominação.



Acervo Iconographie/Reminiscências

Cartaz de propaganda oficial do governo militar brasileiro, veiculado em 1976. A ideologia nos dá a visão que as classes dominantes querem que tenhamos, para ocultar ou dissimular os fatos da realidade.

Mesmo com a divulgação e a condenação de métodos empregados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) para acabar com grupos e populações inteiras – como os campos de concentração e de extermínio –, as formas de preconceito e racismo não deixaram de ser praticadas. Na Europa, o aumento da imigração originada das ex-colônias, a partir dos anos 1980, reemergiram nacionalismos de caráter conservador, fundados no racismo, na intolerância e na **xenofobia**. Quando a sensação de pertencimento (o sentimento coletivo de pertencer a uma nação, a um grupo social, partilhar um sistema de valores, experiências, tradições e a mesma língua) se torna exacerbada, muitas formas de violência vêm à tona.

xenofobia: nome dado ao sentimento de ódio ou aversão ao que é estrangeiro.

Nos dias de hoje, minorias populacionais no mundo todo enfrentam a discriminação e os ataques de grupos racistas, provocados pela não aceitação da diferença e por uma visão deturpada desses grupos, que se atribuem uma condição de superioridade cultural. No Brasil, uma linha de pensamento sociológico cunhou, nos anos 1930, o mito de existir uma “democracia racial” no país – uma sociedade multirracial e livre de preconceitos. Porém, ainda hoje, minorias são alvos de discriminação social, tais como os nordestinos que migraram para outras regiões do país, especialmente na segunda metade do século XX, devido ao contexto econômico desfavorável em seus estados de origem.



Os horrores provocados nos campos de concentração e de extermínio não foram suficientes para derrotar o preconceito e o racismo no mundo. Na foto colorizada, Hitler aparece durante comício em Dortmund, Alemanha, na década de 1930.

Ainda nestas primeiras décadas do século XXI, as questões étnico-religiosas e os conflitos culturais ganham espaço na esfera pública. O antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926-2006) observou que identificações de grupo (como “sou indiano” ou “sou xiita”) se difundiram em várias partes do mundo. Como cada indivíduo pertencente a um grupo com cultura própria tem sua concepção desse grupo e do sentimento de pertencimento a ele, pode-se dizer que essa construção mental depende mais de fatores coletivos grupais do que somente do indivíduo. Dessa forma, uma pessoa geralmente se identifica não só por seu nome e sobrenome, mas também por meio de marcadores coletivos/sociais, como nacionalidade (brasileiro, francês), profissão (socióloga, dentista), fenótipo ou aparência física (negro, ruivo), entre outros. Nossa associação com esses marcadores também acontece pelo contexto em que nos identificamos.

Encontro com cientistas sociais

A identidade cultural também tem um propósito político. No caso dos países que foram colonizados, como o Brasil, a criação de uma identidade cultural nacional teve e tem um papel fundamental para que o Estado se firmasse após a independência. Em muitos países da América Latina, a identidade cultural dos povos formou o Estado. No Brasil, num processo “de cima para baixo”, o Estado se instituiu antes que houvesse uma identidade nacional popular. No início do século XX, muitos sociólogos e intelectuais dedicaram-se a investigar a cultura brasileira, perguntando-se o que ela teria de específico e que fatores em comum comporiam a identidade dos brasileiros. Também foram feitos esforços em vários governos (como no Estado Novo de Getúlio Vargas, que durou de 1937 a 1945) para instaurar símbolos de uma cultura nacional. Uma das obras clássicas da Antropologia, *O povo brasileiro* (1995), de Darcy Ribeiro (1922-1997), investiga a trajetória de nossa identidade como nação. Leia um trecho de sua conclusão, a seguir, e responda às questões.



Acervo Darcy Ribeiro/Arquivo da editora

Darcy Ribeiro (ao centro) em uma de suas expedições etnográficas, provavelmente entre 1947 e 1957. Fotografia encontrada em seu acervo pessoal.

Nós, brasileiros, [...] somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguendade. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na dura busca de seu destino. [...] É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos linguística e culturalmente e também um dos mais integrados socialmente da Terra. Falam uma mesma língua, sem dialetos. Não abrigam nenhum contingente reivindicativo de autonomia, nem se apegam a nenhum passado. Estamos abertos é para o futuro.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 410. (Companhia de Bolso).

1. O Brasil é um país culturalmente diverso. Cite exemplos de diversidade cultural entre bairros, cidades, regiões do país. Que costumes são similares e diferentes entre esses lugares que você conhece? (Se você nunca tiver saído da sua cidade, pense nas pessoas que já conheceu que vinham de outros locais, ou nas coisas que vê na televisão, no cinema, nos jornais e livros).
2. Que características identificam você como brasileiro ou brasileira? São elas comuns à maioria dos brasileiros?
3. Segundo Darcy Ribeiro, os esforços para construir no Brasil uma identidade cultural nacional teriam dado certo? Qual a sua opinião, pensando na realidade brasileira dos dias de hoje?

Diversidade cultural na sociedade brasileira

O Brasil é uma nação pluriétnica e multicultural, composta por diversas formas de organização social e diferentes grupos. Podemos observar essa diversidade e suas variações entre os proprietários de terras, os dirigentes e os representantes políticos, os moradores das grandes cidades e das comunidades rurais, a população jovem que cursa o Ensino Médio em escolas públicas e privadas. Neste país com indivíduos tão diferentes entre si – seja pela cor da pele, a classe social que integram, a região onde moram, a geração a que pertencem, o estilo de vida que expressam – existe um racismo difuso e uma discriminação velada, porém efetivos. Essas manifestações estão presentes nas mais diversas relações sociais (no trabalho, na escola, etc.) e, geralmente, se expressam na intolerância cotidiana e na não aceitação da diferença.

A construção de uma identidade nacional está ligada à ideia de pertencimento a um território, a um país ou a um povo. As diferenças culturais estão presentes na formação da sociedade.

O caso das comunidades indígenas brasileiras é significativo para pensarmos na marginalização de grupos culturais. Durante muitos séculos, os indígenas não foram respeitados em seus costumes e no seu direito ao uso das terras. Os povos indígenas que sobreviveram ao genocídio causado pela colonização foram limitados por colonizadores, exploradores e depois por latifundiários e pelo Estado a espaços onde não conseguem viver sua cultura de forma plena. A falta de compreensão e respeito à cultura indígena também faz com que empresas multinacionais e fazendeiros se aproveitem ilegalmente de suas terras, muitas vezes acabando com a sustentabilidade dos recursos naturais que os indígenas utilizariam como forma de sobrevivência.

Indígenas protestam no Congresso Nacional, em Brasília (DF), durante reunião da comissão que discutia o PEC 215, em março de 2015. O projeto propunha transferir do Ministério da Justiça para o Legislativo a decisão sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil.



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR/Rodriobrás

A Constituição brasileira de 1988, conhecida como a “Constituição Cidadã”, garante a demarcação das terras indígenas com o objetivo de reverter algumas injustiças e proporcionar condições para a subsistência e o modo de vida de suas populações, embora o conflito com fazendeiros e representantes do agronegócio seja constante. Ainda que muitas características culturais de origem indígena estejam presentes no cotidiano por todo o Brasil, a participação dos povos indígenas em nossa história continua sendo pouco valorizada e reconhecida.

Um processo semelhante ocorreu com os negros desde o momento em que seus antepassados começaram a ser escravizados e deportados da África para a América. Na visão do antropólogo Carlos Brandão esse grupo étnico também foi “educado” pelos europeus, ou seja, tornado “igual” para melhor servir aos interesses dos grandes proprietários de terra. Aos africanos trazidos e a seus descendentes foram impostas a língua e a religião dos colonizadores.

Como resultado da imposição cultural a partir do ponto de vista do europeu, diversas formas de resistência à dominação cultural emergiram. Muitos foram os episódios de resistência. Um exemplo foi a revolta dos Malês, na Bahia, em 1835, na qual africanos escravizados de religião muçulmana lutaram dispostos a abolir a dominação dos senhores brancos. A revolta foi duramente reprimida pelas forças oficiais.

A importância dos africanos para a história do Brasil precisa ser reconhecida e valorizada. Os registros de sua trajetória, de sua cultura e de seu trabalho – fundamentais também para a economia – estão muito aquém da riqueza e da diversidade de sua participação. Visando reparar essa situação e expor o preconceito que ainda resiste em uma parcela da nossa sociedade, muitos sociólogos se dedicaram ao tema, como foi o caso de Florestan Fernandes (1920-1995), em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), e de Octavio Ianni (1926-2004), com *As metamorfoses do escravo* (1962) e *Raças e classes sociais no Brasil* (1966). Esses estudos mostram que o preconceito e o racismo têm raízes em condições sociais históricas e persistem. O livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), do sociólogo argentino Carlos Alfredo Hasenbalg, apresenta a realidade de opressão e discriminação que dificulta o acesso dos afrodescendentes a bens materiais e simbólicos em nossa sociedade.

As pesquisas das Ciências Sociais demonstram que o racismo é uma construção histórica que resiste no campo simbólico, ou seja, nas ideias que as pessoas têm sobre “ser negro”, “ser branco”, “ser índio”. Os estudos sobre esse tema sugerem que o combate ao preconceito precisa ser enfrentado pelo Estado por meio da educação e de políticas afirmativas, com o objetivo de desenvolver a cidadania plena, isto é, a garantia de todos os direitos sociais e políticos, como veremos no Capítulo 8.

Pequeno livro escrito em árabe encontrado com um africano morto durante a Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835.



Preparo de mundêu (armadilha de caça) em aldeia Guarani-Mbyá, em Salto do Jacuí (RS). Foto de 2014.



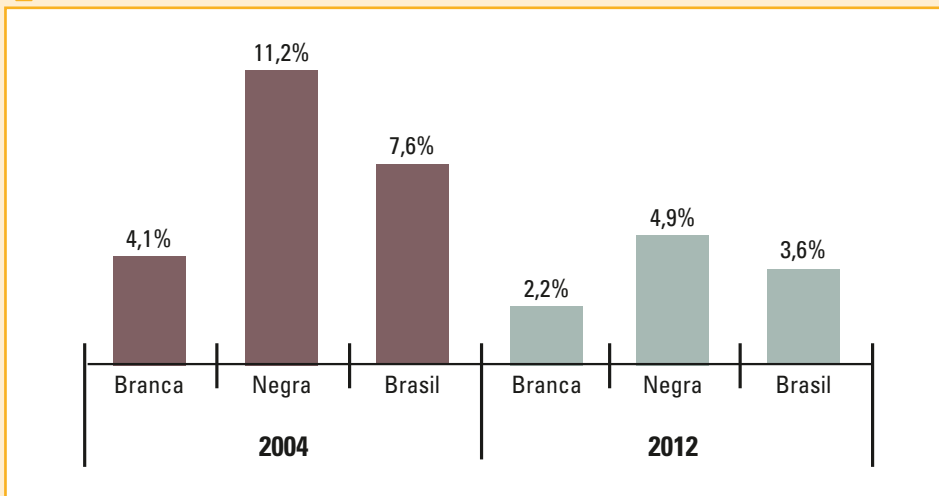
Reprodução/Arquivo da editora

Direitos e desigualdades sociais

Os direitos conquistados na legislação pelos grupos indígenas e afrodescendentes não têm sido suficientes para constituir uma sociedade de justiça e democracia. Basta lembrar que a discriminação é considerada crime desde a Constituição de 1988, mas nem por isso deixou de existir.

Ainda que indivíduos e famílias pertencentes aos grupos denominados minorias estejam conseguindo alcançar posições valorizadas social e economicamente pela conquista de um emprego formal ou de melhores condições de vida, os dados estatísticos revelam a persistência da desigualdade e da discriminação racial no Brasil.

 % da população em situação de extrema pobreza, por cor/raça (2004 e 2012)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2014.

Em seus artigos 215 e 216, por exemplo, a Constituição discorre sobre a possibilidade de regularização de terras para as comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a propriedade definitiva sobre elas, desde que ocupadas por descendentes de escravos. No caso das terras indígenas, muitos processos de regularização demoram anos para serem concluídos, na maioria das vezes em razão da pressão de grupos econômicos.

Um caso particularmente controverso é o dos povos indígenas isolados. Nas últimas décadas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou dezenas de grupos indígenas que não mantinham contato regular com não indígenas e ou que propositalmente fugiam desse contato. A política oficial tem sido a de preservar essa situação, respeitando o modo de vida dessas populações, que em geral vivem em terras indígenas já demarcadas. No entanto, isso não significa que esses grupos não sofram com conflitos, pois garimpeiros, madeireiros e grileiros de terra avançam sobre essas terras ilegalmente.

Luislinda Dias de Valois Santos, primeira juíza negra do Brasil, participa de entrega de presente ecológico na festa para Iemanjá, em Salvador (BA). Foto de 2015.



Mauro Alin Nassor/Fotorena



Até hoje há dificuldades para garantir aos povos indígenas os direitos que lhes foram assegurados pela Constituição de 1988. A matéria jornalística a seguir é um convite a refletir sobre isso. Em equipe, discutam a questão colocada.

[...] na Amazônia, a Funai resgatou em agosto [de 2007] dois índios isolados no meio de uma área tomada pela extração ilegal de madeira, na região mais violenta do Brasil [Colniza, em Mato Grosso]. Falantes da língua tupi kawahib, chamados de piripkuras, são os últimos sobreviventes de massacres perpetrados ao longo dos últimos 20 anos. Nunca haviam feito contato tão próximo com sertanistas da fundação [Funai]. Viviam escondidos, à espreita do movimento de madeireiros [...]. Ao contrário do resto de seu povo, os índios, que atendem pelos nomes de Tucan, com cerca de 50 anos, e Mande-I, com mais ou menos 35, conseguiram desenvolver estratégias de sobrevivência extremamente sofisticadas para uma vida sem contato em uma floresta.

MILANEZ, Felipe; ALCÂNTARA, Araquém. Contato na selva. Especial de *CartaCapital*, 31 out. 2007. p. 10.

- Esse texto deixa claro que, além do direito de expressão da própria cultura, os indígenas estão sendo privados de outros direitos básicos, previstos por nossa Constituição. Pensando sobre isso, discorra em algumas linhas sobre a integração dos povos indígenas na formação do Brasil.

As dinâmicas culturais

Há, no mundo atual, uma intensa **sobreposição cultural** entre as realidades locais e a global, que interagem e se influenciam mutuamente. O diverso e o diferente se ampliam para além das questões étnico-raciais. As demais culturas estrangeiras, como as europeias, as asiáticas e a estadunidense, influenciam na constante transformação da cultura brasileira, seja pela presença do imigrante em nossa história, seja pela atuação dos meios de comunicação de massa, seja pelo desenvolvimento do mercado de consumo. Neste último, destacam-se as expressões na moda, na tecnologia e nas artes.



Alex Almeida/Folhapress

Acima, descendentes de japoneses no monumento em homenagem ao Centenário da Imigração Japonesa, concebido pela artista plástica Tomie Ohtake (1913-2015) e instalado no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP). Foto de 2008.

Ao observarmos a realidade brasileira, podemos nos perguntar: de onde vêm o nosso modo de vida, nossos hábitos, os objetos do dia a dia? Por que o Brasil se apresenta tão diverso regionalmente?

Os povos que vieram para o território brasileiro e o coabitaram contribuíram para a diversidade cultural do país. Com os imigrantes europeus e asiáticos, por exemplo, vieram costumes, tradições, manifestações artísticas, culinárias, crenças e ritos religiosos de suas culturas de origem, além de conhecimentos próprios de ocupações profissionais. Muitos desses imigrantes também contribuíram com a própria organização dos trabalhadores e com a formação de seus movimentos associativos, trazendo ao Brasil – um país que começava a passar de uma base econômica predominantemente rural para uma economia urbano-industrial – ideias que se originaram na Europa já industrializada.

O convívio de grupos e indivíduos de origens tão diferentes em regiões diversas favoreceu a variedade de características culturais no país.

Paolè Zuppani/Pulsar Imagens



As migrações internas, mais recentemente, propiciaram não apenas crescimento econômico, mas também trocas e aprendizado intercultural. Esses fluxos de população ocorreram em diversos momentos e por razões distintas, como evasão das regiões semiáridas devido às secas, efeitos da modernização da agricultura, mudanças na criação e transporte de gado, expansão da fronteira agrícola, exploração dos recursos minerais, entre outras atividades. São exemplos os nordestinos que foram para São Paulo e para os estados da Amazônia; os gaúchos e catarinenses instalados no sudoeste do Paraná; os sulistas nos estados de Rondônia e Mato Grosso; os paulistas e mineiros no norte do Paraná e no Rio de Janeiro. Todos estes casos resultaram em reconfigurações na diversidade dos costumes e das tradições.

As migrações, porém, não ocorreram sem conflitos. Muitas foram as disputas e dificuldades por que passaram os migrantes: enfrentamentos com o poder local, a luta pela terra, a procura por trabalho, os problemas de adaptação às regiões receptoras, a exploração do trabalho.

Ao lado, em Juazeiro (BA), vaqueiro vestindo roupa tradicional: o gibão. Foto de 2008. Os diferentes trajés usados revelam traços culturais específicos de determinados grupos sociais.

Essa dinâmica cultural é resultado do movimento da sociedade e nela tende a interferir. Graças a esse movimento a culinária, os valores, as tradições artísticas e os costumes são levados de uma região para outra. Por exemplo, o pão de queijo, o churrasco, a tapioca, a polenta, a *pizza*, o vatapá, a feijoada, o quibe e outros alimentos associados a diferentes identidades culturais-regionais podem ser encontrados em diversas partes do território nacional.

Daniel Argento/Jornal do Campus, USP



Na charge de Daniel Argento, de 2010, os personagens, ao mesmo tempo que parecem rejeitar as culturas vindas de “fora”, demonstram já ter interiorizado certos hábitos trazidos, ironicamente, por outras culturas.

O mesmo intercâmbio cultural ocorre com manifestações culturais, como o bumba meu boi, a Festa do Divino, o fandango, entre outras, quando levadas de seus locais de origem para outras regiões. Quando se pensa em cultura, é preciso considerar as influências mútuas e como as características identitárias coexistem e subsistem.

A cultura e sua relação com as classes sociais é um tema recorrente nas Ciências Sociais e nas Ciências Humanas em geral, provocando debates. Para a psicóloga brasileira Ecléa Bosi a cultura formada por expressões típicas e espontâneas vindas do povo articula uma concepção do mundo que é diferente das visões da elite, a chamada cultura erudita. A filósofa Marilena Chauí (1941-) pondera que, quando determinada prática cultural é definida como “popular”, ela assimila as divisões da sociedade em classes e tende a ocultar as ideias dominantes.

Não é possível definir manifestações culturais de modo fragmentado, pois a coexistência de grupos sociais faz com que haja a necessidade de expressar sua visão de mundo com base também nas relações estabelecidas com os demais. A crítica social presente na literatura de cordel no Nordeste brasileiro é um exemplo disso. Outro exemplo se refere à capoeira, criada pelos africanos escravizados no Brasil colonial. Como uma dança/luta, ela está diretamente relacionada à oposição estabelecida entre escravos e seus senhores.

A literatura de cordel à venda no Mercado de Artesanato Paraibano, em João Pessoa (PB), 2008.



Pedro Carrilho/Fotopress

Mudanças culturais na sociedade global

Como produtores e consumidores de cultura, os grupos socioculturais se diferenciam e podem reproduzir simbolicamente as relações de poder vigentes, e até contestar determinadas formas culturais no interior de sua comunidade e da sociedade. De que modo distinguimos uma comunidade de uma sociedade quando as relações entre as realidades locais e a global tendem a ser mais intensas e interinfluentes?

Comunidade e sociedade

O sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936) foi o primeiro a empregar o termo *comunidade*, contrapondo-o ao conceito de *sociedade*. Segundo ele, **comunidade** refere-se a uma coletividade na qual é alto o grau de coesão com base em valores, interesses, normas e costumes partilhados pelos indivíduos e grupos que a integram. Em termos físico-territoriais, comunidade corresponde a um agrupamento cujos laços de vizinhança, consanguinidade e/ou étnicos criam condições de afinidades entre os membros.

Representante da Sociologia clássica, Tönnies conceitua sociedade como um fenômeno em que há relações contratuais, regidas por interesses econômicos, culturais, políticos, tomando por modelo a sociedade industrial, da qual as fábricas, as organizações e o Estado moderno são as principais expressões.

A análise de Tönnies pode ser considerada eurocêntrica, por excluir outros modelos de sociedade. Ela é útil para compreender o contexto resultante da modernidade, e não para generalizações.

O desenvolvimento da sociedade contemporânea mostrou que as relações sociais tendem a mesclar o que é comum (partilhado em pequenos grupos) com o que se apresenta na extensão da sociedade. Comunidade também pode se referir, genérica e idealmente, a um modelo de vida coletiva entre pessoas que apresentam interesses em comum e ligações afetivas. Ele não está necessariamente delimitado no espaço geográfico: é o caso das comunidades que não estão próximas, mas se apoiam.

O processo de globalização, visto no Capítulo 2, apresenta uma ambivalência no que se refere às diversas culturas, pois tende tanto à homogeneização quanto à diversificação. Por um lado, a globalização pode representar algum risco

para as identidades culturais de variados grupos sociais locais quando em contato ou sob o domínio de outra cultura (certa tendência de homogeneização); por outro, também a diversidade tende a se reafirmar, seja pela via de resistência, seja pelo uso de tecnologias (como a internet) para a difusão de suas manifestações.

De fato, com a interligação econômica, política, social e cultural, em nível mundial, emergiu o debate sobre “cultura global”. Alguns autores consideram que a globalização levaria à homogeneização cultural. No entanto, as relações em sociedade são complexas. Não podemos afirmar que há uma cultura global de modo definitivo nem que a globalização padronizou os povos culturalmente, já que estes se apropriam da “cultura global” de variadas formas.

Lucas Lima/Folhapress



Público se diverte em feira de cultura *geek* realizada em São Paulo (SP), em 2015. Jogos eletrônicos, seriados televisivos e histórias em quadrinhos são gostos compartilhados pelos *geeks*.

Resistência e culturas alternativas

Na contramão das mudanças acarretadas pela expansão de costumes que a globalização traz, alguns grupos sociais tendem a criar resistências à homogeneização da cultura. A questão da identidade desponta como um elemento-chave nesse processo de afirmação. As minorias sociais alimentam a ideia de identidade para buscar reconhecimento e inserção social, principalmente quando grandes transformações as atingem. Uma história de resistência e disputa de poder e território entre culturas que coabitam um espaço social é apresentada no clássico filme dramático-musical de 1961 *Amor sublime amor*, uma produção norte-americana dirigida por Jerome Robbins e Robert Wise, que traz brancos anglo-saxônicos chamados de *Jets* em conflito com os *Sharks*, imigrantes porto-riquenhos, na Nova York dos anos 1950.

As **minorias sociais** não são definidas pela questão numérica, mas pela situação social de difícil acesso às instâncias de poder e pela situação discriminatória e excludente em que, geralmente, se encontram. Por exemplo, o número de indivíduos que se consideram negros e pardos no Brasil, segundo o IBGE, corresponde proporcionalmente à população que se diz branca. Entretanto, se comparados aos brancos, apresentam reduzida presença em funções socialmente mais valorizadas e com melhores salários. Colocadas em situações como essas, sobretudo por consequência de processos históricos, tais minorias enfrentam dificuldades em manter ou melhorar sua condição socioeconômica e em expressar suas tradições culturais.

Muitas manifestações culturais alternativas são consideradas contra-hegemônicas por serem reações à cultura dominante e sua visão do mundo. **Hegemonia cultural** é o conceito utilizado pelo cientista político italiano Antonio Gramsci (1891-1937) para designar a dominação de uma classe social sobre outra com base na ideologia e, portanto, no convencimento (e não na coerção).

Muitas vezes, grupos considerados minorias sociais propõem culturas alternativas ou novas formas de expressão, criando processos de resistência e afirmação. Um exemplo desse tipo de manifestação é o movimento *hip-hop*.

Hip-hop é um movimento social relacionado à cultura de rua, de caráter contestador. Os jovens que o integram consideram-no uma filosofia de vida que difunde a "voz da periferia". Mediante suas narrativas, propõe a revitalização e apropriação do espaço urbano com práticas realizadas por grupos artísticos e políticos. O *hip-hop* manifesta-se em artes distintas, como o grafite, o *rap* ou a dança *break*, embora não se limite a elas.

Ao contestarem as organizações dominantes e os mecanismos de dominação cultural, movimentos como os do *hip-hop* constroem identidades coletivas baseadas em reivindicações, aspirações e desejos comuns.



Antonio Micotto/Fotoarena

Grupo de *hip hop* Odisseia das Flores se apresenta no sarau O que dizem os umbigos, em São Paulo (SP), 2013.

Indústria cultural e práticas sociais

Nos dias de hoje, as culturas são influenciadas tanto pelos costumes locais como por dinâmicas que, em certa medida, tendem a uniformizar as expressões culturais pelo mundo. Apesar de sofrerem modificações, as culturas locais não desaparecem, pois a cultura é um processo social refeito e renovado continuamente. Analisemos como isso ocorre.

Os **hábitos culturais** na atualidade são influenciados por modismos, imposições e estímulos ao **consumo**. O consumo na atualidade é proporcionado por um sistema flexível de produção e de ampla circulação de mercadorias, que tem provocado mudanças nos hábitos culturais e nos espaços de comercialização. Desse modo, nos **free shops**, **shopping centers**, parques temáticos, nas redes de hipermercados, cidades turísticas, no mercado virtual *on-line*, o consumo ocorre sem fronteiras para a origem das mercadorias.

Certos gostos e hábitos são associados pela publicidade a determinadas faixas etárias, ou aos mundos “masculino” ou “feminino”; alguns se constituem como preferências profissionais, fazendo diferenciação de renda e classes sociais. Isso mostra que o consumo é diferenciado e os produtos e serviços são destinados a públicos determinados pela cultura hegemônica. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), a posição econômica não necessariamente garante a **distinção social** em nossos tempos, uma vez que o gosto está associado à classe socioeconômica como forma de distinguir e identificar os grupos sociais.

A formação de hábitos e práticas culturais não é igual para todos os segmentos sociais, sendo diferenciada *culturalmente* (e não biologicamente) por fatores como idade, etnia, sexo, ocupação profissional, pertencimento a associações, organizações, agrupamentos definidos e outros. A variedade de perfis pode ser observada em diversos grupos sociais – por exemplo, no segmento social de “jovens estudantes da escola pública brasileira”.

hábito cultural:

manifestação ou costume que dá significado às práticas sociais de grupos da população. Uma parte se forma pela maneira como os indivíduos convivem e agregam prazer àquilo que fazem e nas relações que estabelecem.

free shop: loja em áreas de fronteiras ou em aeroportos internacionais que comercializa produtos importados e nacionais, como alimentos, bebidas e outros.



Bruno Peres/CBDA Press. Brasil, Brasília - DF

O consumo e a posse de mercadorias são usados como forma de distinção pelos grupos sociais. Na foto, de 2014, inauguração de loja de moda feminina em *shopping center* de Taguatinga, região administrativa de Brasília (DF).



Casal observa televisor de alta definição em *shopping center* no Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2015. Os hábitos culturais são influenciados pelos meios de comunicação de massa.

Os hábitos culturais recebem influência dos meios de comunicação de massa em sua formação e transformação, pois eles alcançam milhões de pessoas com a proposta de informar, entreter e, eventualmente, educar. A televisão, o rádio, o jornal impresso, o cinema, etc. são considerados veículos de ampla difusão porque atingem a **massa**, ou seja, uma quantidade indeterminada de indivíduos que, de maneira anônima e difusa no espaço-tempo, congrega-se numa mesma atividade e/ou interesse. Quando se refere à produção industrial e/ou ao consumo, o termo faz referência a algo que busca atingir a maioria da população. Esse potencial quantitativo também está nas expressões “massa revolucionária” ou “democracia de massas”.

Em geral, no Brasil, os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação de massa são definidos pelas emissoras, privadas ou estatais, e costumam reproduzir a ideologia e os interesses dos grupos que os administram. O rádio ainda é um meio que se conjuga a outras atividades, como ao trajeto de automóvel entre a residência e o trabalho, e é muito ouvido por aqueles que exercem atividades solitárias e isoladas. A televisão, por sua vez, é constante em moradias, lanchonetes e salas de espera de consultórios médicos, funcionando também como mediadora de transações comerciais de objetos e serviços. Já o cinema, um hábito cultural ainda restrito a alguns segmentos sociais, tem se popularizado por meio de sua exibição em canais de TV e da internet.

Esses meios de comunicação e outros mais são representativos da **indústria cultural**, um termo empregado pela primeira vez, em 1947, pelos sociólogos alemães Max Horkheimer e Theodor Adorno, representantes da Escola de Frankfurt (estudada no Capítulo 1) para dizer que a produção artística e cultural veiculada pelos meios de comunicação de massa insufla o consumo por ser transformada em mercadoria.

Os produtos culturais – publicações impressas, DVDs e filmes, obras de arte, composições musicais, etc. – se assemelham, de certa forma, aos produtos industriais, fabricados em série e distribuídos amplamente, facilitando o seu acesso. Essa aproximação da cultura com o produto industrial estimula o público a esperar por lançamentos – de músicas, filmes, equipamentos de som e imagem – que se tornam bens rapidamente obsoletos diante de modelos que incorporam novidades e outros recursos tecnológicos.

A cultura que se mundializa

A produção de bens de consumo se tornou flexível, como estudamos no Capítulo 5, quando foram introduzidos, na década de 1970, processos de automação e inovações na organização do trabalho, responsáveis pela redução do tempo de produção e do tempo de consumo. Essas transformações levam à mundialização da cultura, analisada pelo sociólogo Renato Ortiz (1947-) como um acontecimento histórico no qual as formações nacionais rompem com as realidades locais e as tradições regionais. Nesse processo, chamado de **desenraizamento cultural**, algumas referências socioculturais são retiradas dos indivíduos.

A cultura que ganha ares de fenômeno mundializado desestabiliza a tradição, destituindo-a de seu papel legitimador das práticas e concepções de mundo tradicionais. A cultura se torna ainda mais flexível.

Esse grande processo sociocultural não é homogêneo nem se explica territorialmente, mas impõe uma nova lógica de tempo e espaço. Para designá-lo, o sociólogo brasileiro Octavio Ianni (1926-2004) emprega a expressão “modernidade-mundo”, que é a sociedade global, o *world system*, onde se intercambiam os universos micro e macrosocial e as relações entre as dimensões local e global são intensas, mútuas e extensivas.

Na transição do século XX para o XXI, uma cultura mundializada, sob efeito das comunicações e da informatização, atravessa os limites nacionais. O consumo passa a ser seu traço dominante.

Determinadas práticas culturais – como o esporte, a moda, os estilos de penteados, as compras, os jogos, os rituais – nivelam a cultura dos setores sociais, sobrepondo hierarquias e extrapolando as fronteiras físicas e sociais, avalia o crítico literário inglês Steven Connor (1955-). Isso significa que as esferas do cultural, do social e do econômico deixam de ser distinguíveis umas das outras. O *rock* é um exemplo de fenômeno de influência global que unifica gostos, mas se combina com uma pluralidade de estilos, de mídias e de identidades étnicas espalhadas pelo mundo.



Centenas de fãs assistem a *show* de Elvis Presley, em 1957.



O músico baiano Raul Seixas foi um dos principais artistas do *rock* brasileiro. Seixas inovou ao misturar ritmos e temas brasileiros ao *rock* norte-americano. Foto de 1982.

O processo de **transculturização** – pelo qual as diferentes culturas transitam entre as nações – tem criado novas configurações com elementos de várias culturas, mantendo aspectos locais, regionais e nacionais. Na aparência, ela provoca, simultaneamente, a "ocidentalização", a "orientalização", a "africanização", a "indigenização". Pulseiras de adorno, os diferentes tipos de corte de cabelo, a linguagem com que nos comunicamos usualmente – todas essas manifestações fazem surgir expressões sociais sincréticas, mistas, que reinterpretem a realidade social a que se referem.



Carlos Vieira/CBD.A. Press. Brasil. Brasília - DF

Jovens andam de *skate* na região central de Brasília (DF), em 2015. Esta cena poderia ser vista em diferentes cidades ao redor do mundo, na medida em que o processo de transculturização faz as identidades culturais circularem e se intercambiarem.

São múltiplos os processos socioculturais que atravessam territórios e oceanos. Assim, modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar já não se encontram distantes e provocam um “etnocentrismo às avessas”, segundo o sociólogo Renato Ortiz, expondo as **contradições sociais**. A nova configuração da cultura transnacionalizada, por ultrapassar fronteiras, aproxima grupos distantes geograficamente, mas também aprofunda distâncias sociais pela desigualdade no acesso a bens materiais e simbólicos. As desigualdades sociais, a fome, a miséria, que persistem no mundo, são exemplos expostos pelas contradições sociais presentes nas divergências e contraposições existentes nas relações dentro da sociedade capitalista. Apresentam-se de forma contraditória, porque o desenvolvimento material da sociedade já permitiria superar esses graves problemas que afetam a humanidade, mas isso ainda não ocorreu.

Individualização e cultura

A sociedade moderna sofre as consequências de um modo de vida em que persiste um desenvolvimento desigual, em que quase tudo é comercializado, em que a técnica domina as energias naturais, submetendo a maioria dos seres humanos à lógica determinista das máquinas no trabalho, nas famílias, nos bancos, nos edifícios, na infraestrutura da vida urbana.

Em termos culturais, a sociedade moderna tende a ser individualizadora, afirma o sociólogo alemão Ulrich Beck (1944-2015), no sentido de que as relações sociais são renegociadas cotidianamente e os indivíduos vendem sua força de trabalho cada qual separadamente. Para Beck, o processo de modernização contínua e inacabada leva os indivíduos e grupos a participarem da vida em sociedade, embora as redes de comunicação socialmente construídas ajam de forma individualizada. Valorizadas excessivamente, a razão e a autonomia individuais são fontes do comportamento individualista, que se fecha a iniciativas da coletividade. Pode-se dizer que a mercantilização da vida, ou seja, a comercialização de quase tudo, até mesmo das relações sociais, tem sufocado parte das manifestações solidárias. Mas essa solidariedade de resistência em moldes mais coletivos não é o mesmo fenômeno de solidariedade tratado pela Sociologia clássica (veja a respeito no boxe na página seguinte).

São muitas as ambivalências da trajetória histórica da ciência, da técnica, da economia, da urbanização, da tecnologia, da burocracia e, mesmo, de uma individualização generalizada.

Intelectuais leem o mundo social

É dos sociólogos contemporâneos Zygmunt Bauman e Tim May a ideia de que a natureza e a sociedade foram "descobertas" ao mesmo tempo. Ou seja, na modernidade teriam sido "descobertas" a distinção entre elas e a diferenciação das práticas que cada uma permite ou origina. Vejamos seus argumentos:

Cultura diz respeito a modificar coisas, tornando-as diferentes do que são e do que, de outra maneira, poderiam ser, e mantê-las dessa forma inventada, artificial. A cultura tem a ver [...] com a substituição ou complementação da "ordem natural" (o estado das coisas sem interferência humana) por outras, artificial, projetada. E a cultura não só promove, mas também avalia e ordena. [...]

O ponto exato da linha divisória entre natureza e cultura depende, naturalmente, de habilidades, conhecimentos e recursos disponíveis, e da existência ou não de ambição de estendê-los para finalidades previamente não testadas. Em geral, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia amplia o espaço de manipulação possível e, portanto, o domínio da cultura.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. p. 203.

1. Na mesma obra, os autores formulam uma hipótese de que o conhecimento e a prática da engenharia genética, somados à indústria química e aos padrões da profissão médica, poderão estabelecer um padrão conformador do que seja um ser humano "normal". Duas indagações no limiar entre a cultura e as leis da natureza são apresentadas:
 - a) Se o controle genético é aplicado à regulação da altura de uma pessoa, poderão os pais decidir quão alta sua prole será?
 - b) Ou uma lei aprovada e endossada pela autoridade estatal determinará a altura normal e, portanto, aceitável dos cidadãos?
2. Componentes culturais, como a técnica e a ciência e seu emprego variado, multiplicam exemplos de controle da natureza, desde o controle genético sobre as safras agrícolas até o uso de embriões humanos para pesquisa científica, como no uso de células-tronco para a cura de inúmeras doenças. Você conhece outros exemplos de como os interesses sociais e políticos determinam o uso da natureza e a sua finalidade em sociedade?

Solidariedade social

Originalmente, o conceito de solidariedade foi pensado pelo sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) para designar os laços de coesão social, conforme o tipo de sociedade, que garantem sua integração. Assim, nas sociedades ditas simples, nas quais os indivíduos e grupos seriam mais semelhantes e intercambiáveis, prevaleceria uma solidariedade mecânica, enquanto na sociedade industrial moderna, com a divisão do trabalho social, a solidariedade orgânica responderia pela diferenciação e interdependência entre indivíduos e grupos.

Organizados institucionalmente, indivíduos e grupos cumpririam diferentes funções ou necessidades sociais, mantendo a vida social estável e em harmonia. Em razão da maior densidade das relações nas sociedades complexas, surgiram outros sentidos para solidariedade, entre eles, o sentimento de comunhão de interesses, por instalar a reciprocidade nas relações sociais.

Diante da problemática que envolve a relação entre natureza e cultura e suas consequências, o filósofo e sociólogo francês Edgar Morin (1921-) propõe a adoção de uma “política de civilização”. O que vem a ser essa política? Uma política de civilização procura tomar consciência das ameaças à vida física e psíquica do ser humano em sociedade, vencer o pensamento compartimentado, individualista, construir resistências e deter o ritmo desenfreado do progresso a qualquer custo, ou seja, a necessidade da modernização contínua. Morin nos convida a utilizar os avanços da ciência, da tecnologia e do Estado em políticas públicas que tragam benefícios e direitos à população e estimulem a solidariedade e a ética entre os grupos sociais.

Voltamos ao ponto de partida deste capítulo e reconhecemos que, diante das intensas e aceleradas mudanças sociais, políticas e econômicas no último século, as raízes culturais do ser humano estão sendo continuamente revolvidas, o que reforça o caráter dinâmico da vida em sociedade.



Grafitadores fazem intervenção em beco em Natal (RN), durante o evento Teia Brasil 2014. Eventos como esse valorizam a diversidade e a solidariedade nas manifestações culturais.

Rodrigo Bizar/Feia Nacional